



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 4813/989/18
Poder LEGISLATIVO
Município Iracemápolis
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS
Período 03/2018
Relator Dr. Edgard Camargo Rodrigues
Unidade Fiscalizadora UR-10 UNIDADE REGIONAL DE ARARAS
Responsável ELAINE APARECIDA DE OLIVEIRA ALVES
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 268.089.728-50
Período de Gestão 01/01/2017 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces

CÂMARA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS	R\$ 61.273,61	R\$ 114.884,16
----------------------------------	---------------	----------------

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS	R\$ 0.00	R\$ 176.157,77	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.679,82

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 43,69%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 827.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 0,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 361.308,08
Despesa com folha/Transferências realizadas	43,69%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.3 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 52.424.690,68
Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 53.188.729,21
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 142.202,66
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite (sem CIP)	0,27%
Apuração do limite (com CIP)	0,27%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que

o percentual apurado é de 0,27%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

2.4 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	22914
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 52.424.690,68
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 53.188.729,21
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 3.723.211,04
Total de Despesas do exercício	R\$ 617.531,72
Percentual Apurado (sem CIP)	1,18%
Percentual Apurado (com CIP)	1,16%

(*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,16%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 18/07/2018

Hora da Geração: 21:46:09